

Revisão Salarial para 2017 – SPdH/Groundforce Fundamentação

Decorridos mais de quatro anos sobre a imposição de programas ditos de “austeridade” (PEC’s e programa de agressão / memorando de entendimento), estamos perante a mais grave situação económica e social do Portugal democrático, traduzida no prolongamento da recessão económica e na acentuação da exploração e do empobrecimento da população, na desvalorização dos salários e das pensões, do brutal agravamento das desigualdades, onde a SPdH perante os seus trabalhadores muito tem contribuído para este quadro deplorável não actualizando salários e apostando na precariedade irracionalmente.

Utilizando os dados divulgados pelo Ministério da Economia (quadro 1), entre 2011 e 2014, a remuneração média líquida nominal (não considerando o efeito da subida de preços) dos trabalhadores do sector privado diminuiu 5,7%, mas se se entrar em conta com efeito da subida preços conclui-se que, neste período, registou-se uma redução do poder de compra destes trabalhadores em 11,5%. Se a análise for alargada a toda a União Europeia utilizando dados do Eurostat conclui-se que, já em 2012 (são os últimos dados disponibilizados pelo serviço oficial de estatísticas da U.E.), os custos do trabalho em Portugal eram apenas 53,1% da média dos países das U.E. e 46,9% da média dos países da zona euro. E que o salário médio em Portugal correspondia apenas a 56,4% do médio da U.E. e a 51,2% do da zona euro. Dizer que os custos do trabalho e os salários em Portugal são a causa da baixa competitividade das empresas portuguesas é uma falácia.

Mas analisemos esta matéria de uma forma mais pormenorizada. E vamos começar pelas remunerações dos trabalhadores do sector privado. Para isso, vai-se utilizar dados do Ministério da Economia, com os quais se construiu o quadro 1.

**Quadro 1 – Variação do ganho mensal líquido nominal e real em Portugal
dos trabalhadores do sector privado entre 2011 e 2014**

NIVEIS PROFIS- SIONAIS	2011				2014				Ganho líquido mensal de 2014 a preços de 2011	Variação no ganho líquido mensal entre 2011 e 2014	
	Ganho mensal ilíquido	IRS anual	Segu- rança Social ano	Ganho Líquido mensal nominal	Ganho mensal ilíquido	IRS anual (inclui sobre- taxa)	Segu- rança Social anual	Ganho Líquido mensal nominal		Ganho líquido mensal nominal	Ganho líquido mensal real
TODOS	1.143 €	1.753 €	1.760 €	892 €	1.121 €	2.194 €	1.726 €	841 €	788 €	-5,7%	-11,6%
Dirigentes	2.855 €	9.549 €	4.397 €	1.859 €	2.726 €	10.313 €	4.198 €	1.689 €	1.583 €	-9,1%	-14,8%
Empregados	1.198 €	1.942 €	1.845 €	928 €	1.162 €	2.372 €	1.789 €	865 €	810 €	-6,8%	-12,6%
Operários	824 €	659 €	1.269 €	686 €	824 €	924 €	1.269 €	667 €	625 €	-2,8%	-8,9%
Aprendizes	616 €	259 €	949 €	530 €	633 €	476 €	975 €	529 €	496 €	-0,1%	-6,4%

FONTE: Inquérito aos Ganhos e duração do Trabalho - GEE - Ministério da Economia

Como mostram os dados do “Inquérito aos ganhos e duração do trabalho” do Ministério da Economia, entre 2011 e 2014, o “ganho líquido médio nominal” dos trabalhadores do sector privado diminuiu em 5,7%, mas se considerarmos o efeito do aumento de preços, o ganho médio real de 2014, ou seja, o seu poder de compra é inferior ao de 2011 em 11,6%.

Quadro 2 – Custo do trabalho e salário em Portugal e na União Europeia - 2012

REGIÃO / PAÍS	Custo total da mão (assalariado) por mês (12 meses)- tempo completo	% que custo do trabalho em Portugal representa em relação custo de cada país	Salário mensal (12 meses) - tempo completo	% que salário em Portugal representa em relação salário de cada país	Nº Trabalha- dores abrangidos
União Europeia - 28 países	3.500 €	53,1%	2.651 €	56,4%	111.278.096
Zona euro - 18 países	3.966 €	46,9%	2.919 €	51,2%	69.431.718
Bélgica	4.628 €	40,2%	3.354 €	44,6%	2.622.260
Dinamarca	5.230 €	35,6%	4.546 €	32,9%	1.484.067
Alemanha (só território RFA)	4.319 €	43,1%	3.358 €	44,5%	20.827.975
Irlanda	4.138 €	44,9%	3.574 €	41,8%	1.061.477
Espanha	3.032 €	61,3%	2.246 €	66,6%	7.830.751
França	4.449 €	41,8%	2.908 €	51,4%	14.460.472
Italia	3.652 €	50,9%	2.630 €	56,8%	9.414.693
Chipre	2.517 €	73,9%	2.098 €	71,3%	163.301
Luxemburgo	5.025 €	37,0%	4.335 €	34,5%	279.008
Malta	1.982 €	93,8%	1.845 €	81,0%	116.296
Países Baixos	4.676 €	39,8%	3.561 €	42,0%	4.636.930
Austria	4.449 €	41,8%	3.280 €	45,6%	2.099.358
PORTUGAL	1.860 €	100,0%	1.495 €	100,0%	2.012.626
Finlândia	4.198 €	44,3%	3.268 €	45,8%	1.484.449
Suécia	5.244 €	35,5%	3.577 €	41,8%	2.935.255
Reino Unido	3.922 €	47,4%	3.280 €	45,6%	18.215.396
Islandia	2.060 €	90,3%	1.634 €	91,5%	148.591
Noruega	7.580 €	24,5%	6.207 €	24,1%	1.294.257
Suiça	8.117 €	22,9%	6.416 €	23,3%	2.691.854

FONTE: Eurostat

Como revelam os dados do Eurostat, já em 2012, o custo do trabalho em Portugal era muito inferior ao dos países mais desenvolvidos da União Europeia. O mesmo sucedia com o salário médio que, em Portugal, correspondia apenas a 56,4% do médio da União Europeia e a 51,2% da zona do euro. Com a redução de salários que se verificou em 2013 e 2014, como mostramos, é de prever que a situação ainda seja pior para os trabalhadores portugueses. Dizer que os custos do trabalho são causa da baixa competitividade das empresas portuguesas como continuam a afirmar o patronato e os seus defensores nos media (*recorde-se a oposição dos patrões ao cumprimento da decisão do Tribunal Constitucional sobre o pagamento das horas extraordinárias*) é, sem dúvida, procurar enganar a opinião pública.

Como se pode verificar o rendimento das famílias portuguesas diminuiu entre 2010 e 2013, enquanto nos países da U.E. aumentou (excepto Grécia e Itália)

Quadro 3 – Rendimento mediano equivalente mensal por membro das famílias

REGIÃO / PAIS	2010	2011	2012	2013	Variação 2010-2013	Rendimento Portugal em % do de outros países	
	(12 meses)	(12 meses)	(12 meses)	(12 meses)		2010	2013
União Europeia - 28 países	1.221 €	1.232 €	1.272 €	1.282 €	5,0%	59,3%	53,1%
Zona euro - 18 países	1.408 €	1.407 €	1.428 €	1.447 €	2,8%	51,4%	47,1%
Bélgica	1.622 €	1.667 €	1.690 €	1.790 €	10,4%	44,6%	38,0%
Dinamarca	2.139 €	2.200 €	2.215 €	2.241 €	4,8%	33,8%	30,4%
Alemanha (só território RFA)	1.566 €	1.587 €	1.633 €	1.632 €	4,2%	46,2%	41,7%
Irlanda	1.709 €	1.644 €	1.590 €			42,3%	
Grécia	997 €	915 €	793 €	698 €	-30,0%	72,5%	97,6%
Espanha	1.056 €	1.010 €	998 €	1.127 €	6,8%	68,5%	60,4%
França	1.663 €	1.666 €	1.717 €	1.746 €	5,0%	43,5%	39,0%
Itália	1.328 €	1.331 €	1.336 €	1.311 €	-1,3%	54,5%	51,9%
Luxemburgo	2.694 €	2.712 €	2.732 €	2.775 €	3,0%	26,8%	24,5%
Malta	870 €	905 €	954 €	1.008 €	15,9%	83,2%	67,6%
Países Baixos	1.691 €	1.693 €	1.714 €	1.737 €	2,7%	42,8%	39,2%
Austria	1.755 €	1.789 €	1.817 €	1.839 €	4,8%	41,2%	37,0%
Portugal	723 €	701 €	694 €	681 €	-5,9%	100,0%	100,0%
Finlândia	1.779 €	1.819 €	1.892 €	1.939 €	9,0%	40,6%	35,1%
Suécia	1.642 €	1.876 €	2.061 €	2.201 €	34,0%	44,0%	30,9%
Reino Unido	1.426 €	1.428 €	1.597 €	1.558 €	9,3%	50,7%	43,7%
Islândia	1.527 €	1.581 €	1.613 €	1.770 €	15,9%	47,4%	38,5%
Noruega	2.700 €	3.038 €	3.342 €	3.576 €	32,4%	26,8%	19,0%
Suíça	2.556 €	2.828 €	3.284 €	3.399 €	33,0%	28,3%	20,0%

FONTE: Eurostat

A análise da evolução do poder de compra em Portugal feita pelo governo e por organismos oficiais, pelos media e mesmo pelas organizações de trabalhadores, tem como base normalmente a comparação da variação anual das remunerações ou das pensões ilíquidas com a variação anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE.

No entanto, este tipo de análise habitual é insuficiente, no momento actual, para medir a evolução real e efectiva do poder de compra dos trabalhadores portugueses. E isto porque o aumento brutal de impostos tem actualmente um peso muito maior na redução do poder de compra da esmagadora maioria dos trabalhadores do que a perda de poder de compra causado pela inflação.

Os números publicados pelo INE sobre a evolução da pobreza em Portugal mostram que com o rendimento mediano de 2009, a taxa de pobreza subiu para 24,7% em 2012, o que significa que cerca de um quarto da população portuguesa vivia, nesse ano, com menos de 434 euros mensais. A pobreza disseminou-se com particular incidência entre as crianças (30,9%) e os desempregados (40,2%). Mas se os níveis da pobreza já eram bastante preocupantes em 2009, hoje a situação é muito pior e tenderá a agravar-se nos próximos anos, a serem prosseguidas as políticas que têm depauperado os trabalhadores e pensionistas.

O aumento da pobreza está intimamente associado ao crescimento das desigualdades, pois a política que reforça a fortuna dos mais ricos é a mesma que produz cada vez mais pobres. Um relatório divulgado recentemente sobre a ultra-riqueza mostra que a fortuna dos milionários portugueses tem crescido todos os anos, com os 10% mais ricos a receberem quase 11 vezes mais que os 10% mais pobres da população.

Se tivermos em conta com o efeito corrosivo do aumento dos preços neste período, é uma quebra brutal no poder de compra das classes que constituem a esmagadora maioria da população portuguesa (onde se incluem os trabalhadores da SPdH, nunca vista em apenas 4 anos que o governo e os seus defensores nos media têm procurado ocultar, com objectivo de continuar uma política de austeridade recessiva violenta, orientada fundamentalmente contra os trabalhadores e pensionistas, poupando os elevados rendimentos de capital. De facto, a distribuição do rendimento nunca foi tão desfavorável aos trabalhadores.

A aceleração deste tipo de desigualdade é uma das consequências das medidas de exploração e empobrecimento anteriormente referidas, mas deve-se ainda, ao congelamento do valor do salário mínimo nacional desde 2011, ao aumento do tempo de trabalho em muitas empresas, entre outros factores.

Os próprios dados oficiais sobre as receitas fiscais divulgados pelo governo mostram as enormes desigualdades que a política fiscal imposta está a causar no país. Entre 2010 e 2013, as receitas fiscais que têm como origem o IRS aumentarão, segundo o governo, de 9.100 milhões € para 12.006 milhões €, ou seja, 32,6% (+2.966 milhões €), enquanto as receitas fiscais que têm como origem o IRC pago pelas empresas subirão apenas 6,1%, pois aumentarão de 4.297 milhões € para apenas 4.560 milhões € (+263 milhões €).

O aumento dos salários é um imperativo nacional. A revalorização dos salários não é só uma questão de mais equitativa distribuição do Rendimento Nacional e justiça social. É uma condição crucial para a melhoria da situação económica do país e um factor estratégico de uma política de desenvolvimento. A presente política é desastrosa. O poder de compra dos salários tem baixado consecutivamente e a pobreza laboral já atinge 11% da população empregada. Um terço dos trabalhadores por conta de outrem recebe um salário líquido até 600 euros. Se tivermos em conta que na periferia dos grandes centros urbanos é difícil obter uma casa com uma renda mensal inferior a 300 euros, sobram outros 300, ou menos, para todas as outras despesas.

Em Outubro de 2014, quase 20% dos trabalhadores era abrangida pelo salário mínimo (25% são mulheres). Os jovens que saem do ensino superior e os trabalhadores qualificados emigram quer porque não encontram emprego quer porque o pouco emprego criado é precário e miseravelmente pago.

O impacto das medidas de exploração e empobrecimento assentes na redução do valor dos salários, incluindo a desvalorização do salário mínimo, e a diminuição de outras componentes da retribuição, teve o efeito de aprofundar as desigualdades na distribuição do rendimento. A parte das remunerações dos empregados no PIB, o que inclui as contribuições sociais patronais para a segurança social, baixou 3,5 pontos percentuais entre 2009 e 2014, o que ilustra uma transferência brutal de rendimentos do trabalho para lucros e outros rendimentos não salariais.

Os resultados são também desastrosos no plano económico porque a política de baixos salários estimula e reforça uma estrutura produtiva baseada em produções de baixo valor acrescentado. Com salários mais baixos e com trabalhadores menos qualificados as empresas não têm garantia de um futuro sustentado. O crescimento na base da qualidade dos produtos exige melhores salários, emprego com direitos e boas condições de trabalho. Sendo generalizadamente reconhecido que o país está perante uma grave situação demográfica e que se deve incentivar a natalidade, torna-se, por isso, ainda mais premente aumentar os rendimentos do trabalho.

Segundo um inquérito do INE (Inquérito à Fecundidade 2013) os inquiridos consideram necessário incentivar a natalidade, indicando que as medidas mais importantes são "aumentar os rendimentos das famílias com filhos" (57% das mulheres no grupo 30-39 anos acham ser a mais importante e 28% responderam ser importante) e "facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias" (a mais importante para 34% das mulheres neste grupo etário e importante para 45%).

Continuar uma política de baixos salários põe em causa o direito a uma vida digna pelos trabalhadores, conduz a uma situação ainda mais periférica da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho e à contínua saída de trabalhadores e de jovens formados do país. Os rendimentos dos trabalhadores têm de evoluir, nomeadamente, pelo aumento geral e anual dos salários e não pela diminuição da Taxa Social Única, paga pelos trabalhadores que, a concretizar-se, levaria à redução da protecção social e ao valor das pensões no futuro, ou pela subsidiação de dinheiros públicos para os patrões generalizarem a precariedade e os baixos salários.

A QUEBRA ACENTUADA DO RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS EM PORTUGAL

Os dados do quadro 4, do Eurostat, mostram como o chamado rendimento equivalente por membro adulto das famílias, variou em Portugal e nos países da UE entre 2011/13

Quadro 4- Rendimento médio equivalente por pessoa anual e por níveis de escolaridade em Portugal e nos países da U.E.-27 países da população de idade 18-64 anos -2005/2013

ANOS	ENSINO BÁSICO		ENSINO SECUNDÁRIO		ENSINO SUPERIOR	
	EU-27países	Portugal	EU-27países	Portugal	EU-27países	Portugal
2005	11.269 €	7.016 €	12.855 €	10.046 €	18.892 €	18.059 €
2006	11.588 €	7.046 €	13.327 €	10.043 €	19.680 €	17.733 €
2007	11.886 €	7.292 €	14.199 €	10.698 €	20.461 €	18.229 €
2008	12.564 €	7.822 €	14.506 €	10.343 €	21.194 €	17.060 €
2009	13.044 €	7.930 €	14.844 €	10.451 €	21.627 €	17.277 €
2010	12.978 €	8.158 €	14.863 €	10.765 €	21.527 €	16.657 €
2011	12.790 €	7.868 €	15.013 €	10.251 €	21.507 €	16.327 €
2012	12.827 €	7.725 €	15.418 €	9.865 €	22.078 €	14.946 €
2013	12.415 €	7.447 €	15.313 €	9.580 €	21.862 €	14.908 €
2005-2013	10,2%	6,1%	19,1%	-4,6%	15,7%	-17,4%
2005-2007	5,5%	3,9%	10,5%	6,5%	8,3%	0,9%
2007-2013 -Crise	4,5%	2,1%	7,8%	-10,5%	6,8%	-18,2%
2010-2013 -Troika e Passos Coelho	-4,3%	-8,7%	3,0%	-11,0%	1,6%	-10,5%

FONTE :Eurostat

No período da “troika” e do governo PSD/CDS a quebra dos rendimentos das famílias foi elevada em Portugal, muito superior à média dos países da União Europeia, quando se verificou pois não isso não sucedeu sempre. Entre 2010-2013, em Portugal, o rendimento médio anual por pessoa equivalente (o 1º adulto vale 1; o 2º 0,8 e as crianças 0,5) diminuiu em 8,7% para os com o ensino básico (na UE27 diminuiu metade); para os com o ensino secundário a quebra no rendimento foi de 11% (na UE27 aumentou 3%); e para os com o ensino superior a redução atingiu 10,5% (na UE27 aumentou 1,6%). Portugal que já era um país de baixos rendimentos ainda se tornaram mais baixos.

A DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DA RIQUEZA AINDA SE AGRAVOU MAIS

A quebra nos salários e nos rendimentos das famílias foi acompanhado pelo aumento da injustiça na repartição da riqueza criada como mostram os dados do INE do quadro 5.

Quadro 5 – Repartição da riqueza criada anualmente – PIB – entre o Capital e o Trabalho

Ano Year	PIBpm	Ordenados e Salários	Remunerações	Excedente Bruto de Exploração	PERCENTAGEM DO PIB		
	Milhões €	Milhões €	Milhões €	Milhões €	Ordenados e salários	Remunerações	Excedente Bruto de Exploração
2005	158.653	59.506	75.737	62.735,4	37,5%	47,7%	39,5%
2006	166.249	60.979	77.843	66.378,5	36,7%	46,8%	39,9%
2007	175.468	63.593	81.028	71.705,1	36,2%	46,2%	40,9%
2008	178.873	65.466	83.639	72.634,9	36,6%	46,8%	40,6%
2009	175.448	65.586	83.625	72.250,2	37,4%	47,7%	41,2%
2010	179.930	66.260	84.842	74.259,9	36,8%	47,2%	41,3%
2011	176.167	63.638	81.617	73.230,6	36,1%	46,3%	41,6%
2012	168.398	58.783	75.305	72.634,2	34,9%	44,7%	43,1%
2013	169.395		76.058	72.922,1		44,9%	43,0%
2014	173.044		76.381	75.006,4		44,1%	43,3%

FONTE: Contas Nacionais - INE

Entre 2010-2014, o total das “Remunerações” diminuiu 10%, e o dos “Ordenados e salários” caiu 11,3% (este em 2 anos apenas), enquanto a parte do Excedente Bruto de Exploração no PIB, que reverte para os patrões, aumentou 5% (passou de 41,3% para 43,3% do PIB).

A desigualdade nos rendimentos em Portugal é muito maior que a revelada pelo INE e o aumento enorme do IRS do governo PSD/CDS agravou ainda mais a injustiça existente.

O INE divulgou já em 2016 os resultados de um inquérito que fez aos rendimentos monetários disponíveis das famílias portuguesas, cujos resultados (apenas alguns) constam do quadro 6 que se apresenta seguidamente.

Quadro 6- Rendimento monetário disponível médio por agregado familiar por decis, Portugal, 2004 - 2014					
DECIS DO RENDIMENTO MONETÁRIO DISPONIVEL	2010	2011	2012	2013	2014
1º decil (os 10% mais pobres da população)	4.107 €	4.076 €	3.804 €	3.448 €	3.603 €
2º decil	6.830 €	6.736 €	6.396 €	6.122 €	6.314 €
3º decil	8.745 €	8.752 €	8.371 €	8.197 €	8.246 €
4º decil	10.881 €	10.870 €	10.478 €	10.312 €	10.266 €
5º decil	13.316 €	13.183 €	12.857 €	12.729 €	12.659 €
6º decil	15.831 €	15.556 €	15.299 €	15.027 €	15.155 €
7º decil	18.790 €	18.347 €	18.207 €	18.003 €	17.915 €
8º decil	22.607 €	21.970 €	22.066 €	21.626 €	21.607 €
9º decil	29.122 €	28.071 €	27.754 €	27.028 €	27.312 €
10º decil os 10% mais ricos da população)	52.575 €	51.103 €	47.814 €	46.824 €	47.063 €
Nº vezes que o rendimento disponível médio de um agregado familiar do 10º decil (os mais ricos) é superior ao do 1º decil (os mais pobres)	12,8	12,5	12,6	13,6	13,1
FONTE : EU - SILC : Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - INE					

Embora os resultados desse inquérito revelem um aumento da desigualdade na repartição do rendimento disponível (entre 2010 e 2014, o número de vezes que o rendimento medio disponível dos 10% de agregados mais ricos é superior ao rendimento médio disponível dos 10% mais pobres, aumentou de 12,8 vezes para 13,1 vezes), mesmo estes dados do INE não dão uma ideia completa da verdadeira dimensão que atingiram as desigualdades em Portugal. E para concluir basta analisar as Estatísticas divulgadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministro das Finanças que, apesar de deficiências conhecidas, mostram que as desigualdades são muito maiores (são enormes) no nosso país.

Também na SPdH a desigualdade entre os escalões mais baixos e mais altos aumentou com o AE de 2012, sendo que os escalões de entrada sofreram uma redução superior a 10%.

Por outro lado, a redução dos valores dos escalões mais baixos do AE 2012, aproximou esses valores do Salário Mínimo Nacional, que em 2012 era de 485€ (76% do grau de entrada para OAE, por exemplo), sendo hoje 530€ (96% do mesmo grau de entrada para OAE). Com a previsível subida do SMN para os 557€ em 2017, inevitavelmente os salários mais baixos da SPdH terão de ter uma subida. Nestes 4 anos (2012 a 2016), o SMN valorizou-se mais de 9%, sem que na SPdH tenha havido qualquer actualização salarial, com maior penalização a recair sobre os trabalhadores integrados nos escalões mais baixos.

Os congelamentos salariais, além do congelamento das anuidades e da diminuição de subsídios, o congelamento de carreiras e progressões, constituem factores que impuseram uma brutal redução do poder de compra e agravamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da SPdH.

Quanto aos salários, até hoje não tiveram qualquer alteração permanecendo nos valores de 2008, datando de Agosto de 2007, há já quase longos 8 (oito) anos, a última revisão salarial.

O AE de 2012, significou também uma perda significativa na retribuição líquida dos trabalhadores, além do aumento dos tempos e dias de trabalho e introdução de horários altamente penalizadores roubando aos trabalhadores o já parco tempo para a vida social e familiar.

Com o AE de 2012, o custo do trabalho diminuiu exponencialmente, e como se isso não bastasse, as horas trabalhadas tiveram um acréscimo enorme, para lá da desregulação dos horários. O trabalho nocturno deixou de ser considerado das 20h às 07h, passando a ser considerado das 22h às 05h; foram eliminados os descansos compensatórios; foi eliminado o pagamento dos três primeiros dias de baixa; aumentou o custo por refeição no refeitório de 0,50€ para 2,50€; a própria organização de trabalho sofreu alterações que retirou espaço à família dos trabalhadores, principalmente os operacionais, únicos penalizados com horários de 9 e 10 horas entre outras enormes penosidades (5 dias seguidos das 00:00 às 08:00, horários com 11 semanas consecutivas sem fim de

semana completo de folga, monofolgas, períodos de 7 semanas consecutivas a folgar nos mesmos dias da semana, diversas entradas diferenciadas no mesmo turno, entradas às 03h30 e às 04h00, etc.). Ainda que hoje já não se pratiquem horários com cargas horárias de 9 e de 10 horas, mantêm-se bastante penosos.

Agravou-se a carga de trabalho diária e semanal para o máximo de 10 horas/dia // 50h/semana, o limite consecutivo de trabalho aumentou de 5h para 6h, enquanto o descanso mínimo diminuiu de 12h para 11h; o pequeno-almoço deixou de ser considerado tempo de trabalho, significando em média mais 4 dias de trabalho por ano; o subsídio de turnos também sofreu alterações, sendo prolongados os tempos de prática de turnos para efeitos de manutenção dos subsídios; foram reduzidas as distâncias das coroas e os valores dos subsídios de transporte; foram criados 3 novos graus em todas as carreiras, levando a que qualquer trabalhador iniciado demore 3 anos e meio a atingir aquilo que antes atingia ao fim de 6 meses. A carga horária semanal máxima subiu de 4.5 para 4.98, o que significou em média mais 7/8 dias de trabalho/ano.

A conjugação dos factores amplamente supracitados, internamente com a assinatura do AE de 2012 e externamente com a enorme carga fiscal aplicada pelo governo levaram a uma brutal e acentuada perda de poder de compra dos trabalhadores, na ordem dos 20 a 30%, o que colocou a generalidade dos trabalhadores da SPdH em grandes dificuldades para poderem continuar a honrar os seus compromissos.

Embora o SITAVA não disponha de dados mais precisos da gestão da Empresa, é do conhecimento público que a SPdH mantém uma situação económica e financeira positiva, em resultado do esforço enorme dos trabalhadores e apresenta as melhores condições para prosseguir um futuro sustentado. Esse futuro garantir-se-á através do reforço da motivação dos trabalhadores da Empresa, o que passa por lhes serem proporcionadas dignas condições de trabalho e por uma política de salários justos para todos os que trabalham na SPdH.

Essa motivação, que implica a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, o aumento de produtividade a par da aproximação dos salários à média verificada na União Europeia, constituem razões mais do que suficientes para justificar a proposta de actualização salarial que nesta data apresentamos, nos termos da legislação em vigor.

Da análise ao último Relatório e Contas da SPdH conhecido, referente ao ano de 2014, verificamos que a obtenção de resultados positivos se deve ao que foi cortado/congelado à massa salarial dos trabalhadores, não havendo acompanhamento desse esforço por parte da empresa na geração de receitas, seja através da conquista de novos clientes, seja através da actualização de preços aos nossos clientes ou ainda da organização da empresa.

Mais e Melhores Direitos, Menos Precariedade

A precariedade constitui a antecâmara do desemprego e também se agravou, sendo que a contratação assente em vínculos precários é hoje a principal forma utilizada (duração determinada, tempo parcial, trabalho temporário, trabalho intermitente, teletrabalho e diminuição ou mesmo eliminação e muitos direitos consagrados nas convenções coletivas de trabalho, cujos contratos individuais vão pondo em causa, etc.).

Elevada precariedade, alto desemprego e baixos salários potenciam as desigualdades sociais, as discriminações e a pobreza, atingindo trabalhadores de todas as idades e qualificações, em particular os jovens e trabalhadores menos qualificados. O desemprego e a precariedade atingiram todos os sectores de atividade, tanto homens como mulheres e todas as idades.

Propomos:

- O cumprimento das regras instituídas e livremente negociadas entre as partes outorgantes das convenções colectivas de forma a garantir um emprego seguro e estável, com direitos e devidamente remunerado, que combata o desemprego e a precariedade, assegure o direito ao trabalho e garanta o pleno emprego;
- Assegurar a passagem a efectivos de trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente com contratos de trabalho precários e impedir a contratação de trabalhadores a termo;
- A efectivação do direito à formação profissional certificada, previsto no Código de Trabalho e o aumento das qualificações em geral, com as consequentes valorizações de profissões e carreiras;

Reduzir os Horários, Combater a Desregulação

Horários de trabalho longos; precariedade laboral; riscos profissionais acrescidos; escassa efectividade das normas de trabalho (legislação de trabalho e contratação colectiva); discriminações no trabalho; elevado peso de trabalhadores com baixas qualificações; organização de trabalho em que predominam empregos com baixo nível de autonomia e de controlo da actividade profissional pelo trabalhador.

Prossegue o objetivo, sempre constante, de desregulação dos horários, assestando baterias para todas as componentes da prestação do trabalho em que procura aumentar a mais-valia e, consequentemente o máximo lucro, designadamente por via do aumento da jornada de trabalho (“bancos de horas”, adaptabilidades e outras formas de “flexibilizar” e aumentar a duração dos horários de trabalho), da redução dos tempos de descanso, entre muitas outras formas de desregulação, orientada para o embaratecimento do custo do trabalho, a intensificação dos ritmos de trabalho, a desvalorização da contratação colectiva, a par da ausência de meios para uma efectiva fiscalização das condições em que é prestado o trabalho.

Estima-se que entre 2012 e 2014, os trabalhadores por conta de outrem tenham tido um acréscimo de trabalho não pago que ultrapassa 3,8 mil milhões de euros, considerando apenas o corte nos dias de férias e feriados a partir de 2013 e a redução, para metade, do valor pago pelo trabalho extraordinário a partir de 2012, e tendo por base de cálculo o rendimento médio mensal líquido (Estatísticas do Emprego, INE).

Propomos:

- Eliminar a desregulação dos horários e a, designadamente, os seus limites diário e semanal e os dois dias de descanso semanal;
- A efectividade dos direitos consagrados nas normas legais e contratuais;
- A efectivação, nos locais de trabalho, do direito de eleição de Representantes de Trabalhadores para a segurança no trabalho e saúde, bem como a criação das respectivas Comissões, com participação dos trabalhadores;

Retomar e Garantir os Direitos dos Trabalhadores

O empobrecimento, a redução do custo do trabalho e o enfraquecimento, ou anulação, dos direitos, individuais e coletivos, dos trabalhadores de um elemento essencial da vida das pessoas (o trabalho) que tem sido feito no quadro de uma intensa campanha ideológica, a qual vê o trabalho como um mero custo para as empresas, e encara os direitos dos trabalhadores como privilégios e regalias a abater. Subjacente a esta campanha está a intenção de enfraquecer os sindicatos.

As sucessivas revisões do Código de Trabalho, a precarização do emprego, o incumprimento dos IRCT's, o bloqueamento da contratação colectiva tiveram fins desregulamentadores, principalmente quanto aos horários de trabalho, de embaratecimento do custo do trabalho, de reforço do poder patronal e de fragilização da contratação colectiva.

As normas que visam facilitar os despedimentos, a brutal redução das indemnizações por despedimento; a diminuição do custo do trabalho, em particular no que respeita ao trabalho suplementar, a desregulação e prolongamento do tempo de trabalho através, nomeadamente, de uma maior flexibilização do tempo de trabalho as reduções remuneratórias e a alteração da legislação de trabalho, as alterações às normas da contratação colectiva, as quais visam a destruição deste direito coletivo dos trabalhadores.

Propomos:

- Regular na convenção coletiva de trabalho as alterações no sentido do progresso social e do reforço dos direitos, incluindo formas de organização do tempo de trabalho que tenham em conta as necessidades dos trabalhadores e em particular que permitam a conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar, a realização pessoal e a participação na vida social, cívica e cultural;

Do atrás descrito o SITAVA, bem como os trabalhadores que representa, têm a consciência de que estas correcções nos salários, ainda que da mais elementar justiça, dificilmente poderão compensar as perdas atrás enunciadas, no entanto contribuirão para o desenvolvimento da Empresa, cujo crescimento e sustentabilidade passará pelas

necessidades de investimento e aplicação dos factores de correcção produtividade/aproximação aos salários europeus, pelo que vimos apresentar, o mais realisticamente possível, a seguinte proposta resumida, a qual não pode deixar de ter em conta que o processo de revisão salarial de 2015 que ainda está para apreciação do Requerimento de Arbitragem Obrigatória que apresentámos ao Sr. Ministro do Trabalho e da Segurança Social, dada a recusa da SPdH de efectuar uma justa revisão salarial:

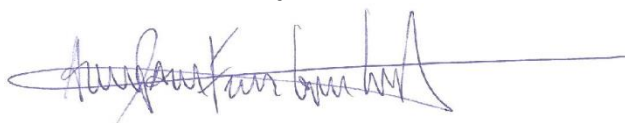
- Tabela Salarial para 2017 com a actualização de 100€ nos Graus Iniciado, 0, 0.1 e 0.2 de todas as categorias profissionais e de 60€ nos restantes Graus.

- A reposição das anuidades, sendo atribuída a cada trabalhador em 2017 o número de anuidades correspondente à sua antiguidade de facto, cumprindo na plenitude o ponto 1 da Cláusula 44ª do AE em vigor, que dispõe ser *“atribuída a todos os trabalhadores uma anuidade por cada ano completo de antiguidade na Empresa.”*

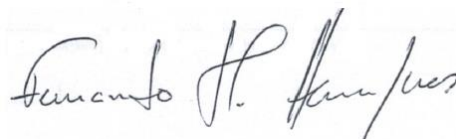
Todas estas propostas devem produzir efeitos a 1 de Janeiro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,
20161222

A Direcção



Armando Costa



Fernando Henriques